

P. 23/2015

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE
CALÇADAS EM SOUTO BOM. -----

----- No dia vinte e cinco do mês de Maio de dois mil e quinze, no edifício dos
Paços do Concelho, compareceram comigo Artur Ferreira Gonçalves, Oficial
Público da Câmara Municipal de Tondela, os seguintes outorgantes:-----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número
75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----SEGUNDO-----

----- José Carlos Cedovim Fernandes, casado, natural da Freguesia de Vale de
Figueira, Concelho de São João da Pesqueira e residente na Av. Prof. Fortunato de
Almeida, Ed. Areal, nº 14 – 3º Dto. Nelas, com o NIF 218 704 577, portador do
cartão de cidadão número 09870406, válido até 05/11/2018 emitido pela República
Portuguesa e Luís António dos Santos Pereira, solteiro, maior, natural da Freguesia
de Assentiz, Concelho de Torres Novas e residente na Freguesia de Lapas do mesmo
Concelho, com o NIF 140 356 240, portador do cartão de cidadão número
05376487, válido até 10/09/2018, emitido pela República Portuguesa, com poderes
para outorgarem, o primeiro na qualidade de Procurador e o segundo na qualidade
de Administrador, em representação da Sociedade Anónima Vibeiras – Sociedade
Comercial de Plantas, S.A., com o NIPC 502 050 942, com sede na Rua Dr. José
Maria Raposo, Lote 153, R/C Esq., Quinta da Silvã, Freguesia de Torres Novas (São
Pedro), Lapas e Ribeira Branca, Concelho de Torres Novas, conforme verifiquei por

Procuração datada de 30/12/2014 e por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois e com o Alvará de Construção número 16028, que arquivo sob o número três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a dos segundos outorgantes pela exibição dos mencionados documentos de identificação. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 24/03/2015, que arquivo sob o número quatro, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 10/04/2015, à firma aqui representada pelos segundos outorgantes e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Reparação de Calçadas em Souto Bom, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 23/03/2015, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 10-04-2015, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de dezasseis mil novecentos e cinquenta e quatro euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, mediante Autos de Medição a elaborar mensalmente de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número sete. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações

pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra, quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do presente contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, mediante a seguinte fórmula: -----

$$Ct = 0,31 \frac{St_t}{So_0} + 0,04 \frac{M03t}{M03_0} + 0,04 \frac{M06t}{M06_0} + 0,02 \frac{M18t}{M18_0} + 0,05 \frac{M20t}{M20_0} + 0,02 \frac{M22t}{M22_0} + 0,01 \frac{M24t}{M24_0} \\ + 0,02 \frac{M32t}{M32_0} + 0,02 \frac{M42t}{M42_0} + 0,06 \frac{M43t}{M43_0} + 0,02 \frac{M45t}{M45_0} + 0,04 \frac{M47t}{M47_0} + 0,04 \frac{M48t}{M48_0} + 0,21 \frac{Et}{E_0} + 0,10$$

----- Que esta empreitada deverá estar concluída trinta dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 26/05/2015 e o seu termo em 25/06/2015. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de

Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitam para a firma que aqui representam, a presente adjudicação, com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de mil e dezassete euros e vinte e quatro cêntimos, é de dezassete mil novecentos e setenta e um euros e vinte e quatro cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, depois de rubricados, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em vinte e três de Abril de dois mil e quinze pelo Serviço de Finanças de Torres Novas, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em trinta de Abril de dois mil e quinze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-01, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 16504/2015, datado de

20/04/2015. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na aliena h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

----- O presente contrato foi lido aos outorgantes e explicado o seu conteúdo, na presença de todos os intervenientes.-----

-----O Primeiro Outorgante: M. António José de Jesus

-----O Segundo Outorgante: João Carlos Pedro Fernandes

-----O Oficial Público: [Assinatura]